

# Governo japonês aprova crédito para quatro projetos do Brasil

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O "board" da Overseas Economic Cooperation Fund (OECF), um organismo do governo japonês dedicado a financiar projetos em países em desenvolvimento, aprovou nesta semana — dia 8, pelo horário de Tóquio — financiamento a quatro projetos da lista de dezenove que o Brasil apresentou em meados do ano passado, como pretendentes aos recursos do fundo de reciclagem no valor de US\$ 20 bilhões que o governo do Japão colocou à disposição de interessados do Terceiro Mundo.

A decisão da OECF envolve empréstimos em torno de US\$ 600 milhões, mas depende ainda, para ser formalizada, de uma série de trâmites políticos e burocráticos. Do lado japonês, os financiamentos precisam ser aprovados pela Comissão Interministerial da Dieta (o Parlamento japonês) e do lado do Brasil pelo Senado Federal. Além disso, como o organismo opera com taxas de juro altamente subsidiadas, o entendimento precisa ser protocolado por meio de sua Chancelaria, em troca de notas com o Itamaraty.

É possível, portanto, que os recursos só estejam disponíveis para liberação a partir de maio, mas a atitude da OECF certamente aparece como um primeiro movimento importante no cenário internacional que vem atender às expectativas do governo brasileiro. O assessor da Secretaria para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, dedicado às relações com o Japão, Isidoro Yamanaka, relacionou ontem para este jornal os projetos que mereceram a aprovação técnica da parte do "board" da OECF. São eles:

• **PORTO DE SANTOS** — Projeto para ampliação de três terminais (de contêineres, de fertilizantes e de

grãos) no valor global de US\$ 228 milhões. Este projeto, anteriormente, estava avaliado em US\$ 150 milhões, mas Yamanaka explicou que novos estudos de detalhamento reavaliaram a necessidade de financiamento. Os tomadores dos recursos serão a Portobrás e a Companhia de Docas do Estado de São Paulo.

• **MORRO SOLTO (JAIBA)** — Projeto de irrigação em Minas Gerais, no valor de US\$ 110 milhões, a ser contratado pelo governo de Minas. Aqui também houve reavaliação do montante de recursos, que estava inicialmente estimado em US\$ 147 milhões.

• **PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE** — Este é um projeto de irrigação e de colonização a ser desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) na área de Petrolina, em (PE). O valor do financiamento é de US\$ 198 milhões.

• **SETOR ELÉTRICO/GOIÁS** — Para a Companhia Elétrica de Goiás (Celg) está previsto o financiamento de US\$ 96

milhões destinados à instalação de rede de eletrificação rural para atendimento à irrigação. A Celg aparece como a tomadora dos recursos e, ontem mesmo, o presidente da empresa, José Francisco das Neves, recebeu orientação do Ministério da Fazenda para entrar com pedido de autorização junto ao Senado Federal, segundo apurou o repórter Edson Beú, deste jornal (ver matéria nesta página).

Estes não são os projetos considerados como prioritários pelo governo brasileiro — a grande prioridade da lista de dezenove setores para os quais o Brasil solicitou recursos japoneses é o programa de recuperação setorial da Eletrobrás, no valor de US\$ 450 milhões, cuja liberação, no entanto, está atrelada ao financiamento de US\$ 500 milhões do Banco Mundial para o mesmo programa — mas desde o início de setembro passado eram considerados pela OECF como os que apresentam possibilidade de aprovação mais imediata.

A OECF trabalha com

prazos de financiamento que variam de quinze anos (neste caso, o juro fixo ao ano é de 5,75%) até trinta anos (neste caso, o juro fixo ao ano é de 1,25%) e tem entre seus clientes tradicionais basicamente países de renda per capita baixa do sudeste Asiático. No fundo de reciclagem (conhecido informalmente como Fundo Nakasone) a OECF divide com o Eximbank japonês a tarefa de alocar os recursos disponíveis entre os países em desenvolvimento. O Brasil, na sua lista de pleitos junto ao fundo, arrolou um total de US\$ 5,5 bilhões entre os diferentes dezenove setores e, entre eles, além do financiamento para a Eletrobrás, merecem também destaque o pedido de US\$ 1,5 bilhão para financiar a segunda fase da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e de US\$ 600 milhões para um projeto de financiamento ao comércio externo — "commodity loan" — que está, também aqui, atrelado como co-financiamento do Banco Mundial no programa de ajustamento da política de comércio brasileira.

As relações financeiras entre o Brasil e o Japão certamente devem fazer parte das conversas, embora em caráter informal, que o presidente José Sarney terá em Tóquio, onde assistirá aos funerais do imperador Hirohito. Sabe-se que o presidente do Conselho Político do Partido Liberal Democrata, o maior partido japonês, Michio Watanabe, já manifestou interesse em ter uma audiência com o presidente, de quem é velho conhecido. Na área técnica, estas relações passaram por alguns momentos de atrito. Um deles, envolvendo a própria OECF, diz respeito a um antigo financiamento de US\$ 100 milhões para a aquisição de uma draga destinada a obras em um porto no Espírito Santo.